

# TRÊS LIVROS SÔBRE A GUERRA

Há dois livros alemães que devem ser lidos por todos os que se interessam presentemente pela política internacional.

São eles: «A minha luta» de Hitler e «A guerra total», (1) de Ludendorff.

São duas obras que definem toda a política da Alemanha dos nossos dias e todas as intenções dos chefes do seu governo após o grande conflito de 1914.

«A minha luta» é uma justificação dos ideais que norteiam a actividade de Hitler, ideais que se deduzem bem dos vários discursos do ditador alemão e mais significativamente dos seus sucessivos actos de violência.

Em «A Guerra Total», Ludendorff faz um estudo, documentado pela sua própria experiência na última guerra, para indicar e comprovar os mais eficazes processos a utilizar para obter a vitória na nova conflagração, a guerra total, na preparação da qual todas as actividades alemãs actualmente cooperam. Esta obra destina-se ao exército, aos homens de governo e, sobretudo, ao povo—que «deve aprender a conhecer a própria essência da sua luta pela vida».

É um estímulo para que cada cidadão suporte todos os males da guerra com resignação, com espírito de sacrifício e não perturbe, mas antes ajude, a actuação dos combatentes das trincheiras, de modo a conseguir a unificação das massas na recta-guarda numa intensa e estreita colaboração com os propósitos (?) dos altos comandos.

Como Hitler, Ludendorff considera de suma vantagem preparar o povo e os soldados em tempo de paz, levando-o a conhecer bem todas as realidades da guerra desde o valor dos adversários às suas próprias possibilidades. Querem ambos, soldados e povo, conscientes do seu valor. Não dizem já como outrora aos seus homens:—Vós sois os mais valentes soldados do mundo. Lembrem-lhes, sem os desalentarem, as possibilidades de uma vitória e os meios de a conseguir, sem omitirem os sacrifícios a que terão de sujeitar-se.

É de «A guerra total» esta passagem:

«A população civil, tanto como os exércitos, vem a so-

frer a acção directa da guerra, embora escalonada nas suas partes, e terá de sofrer, por meios indirectos, materiais e morais, o bloqueio da fome e da propaganda inimiga como, outrora, os habitantes das praças fortes sitiadas, que a miséria e o esgotamento forçavam a capitular.»

Horrível preságio este!

Os chefes alemães veem as misturas de raças o grande perigo para a paz. Atribuem à influência dos judeus e da

Igreja as dissensões que hão-de dar-se nos povos beligerantes. Por isso pretendem e querem seleccionar pela raça e pela sua religião o povo.

Não creem em meios pacíficos de colaboração internacional. Desdenham de todas as tentativas de conciliação fomentada pelos tratados e conferências. Assim, diz Ludendorff: «Todas as conferências do desarmamento contrariam as sagradas leis da conservação racial, pelo que não podem coroar-se de bons resultados. Só a eliminação

do imperialismo judaico-romano e o despertar racial dos povos poderão contribuir para a paz».

Quere dizer, a Alemanha, pela voz dos seus chefes actuais, não pode ser mais clara nos seus propósitos. Assim o vem compreendendo a França. Razão porque não se deixa ficar de mãos paradas, como o desejava certa facção política, perante o intenso rearmamento da sua vizinha e tradicional inimiga.

Reforça também os seus arsenais, multiplica os seus engenhos de guerra com o firme propósito de se defender de qualquer agressão e de cumprir os seus deveres de nação solidária com outras potências, também ameaçadas, às quais se encontra ligada por sérios compromissos.

Não é sem grandes dificuldades que o vai fazendo.

Dificuldades principalmente de ordem ideológica, visto que prevalecia, desde 1914, no povo e nos homens de estado, a ideia de que a paz não estava seriamente ameaçada e que, portanto, o exército francês era suficiente, tal como se encontrava.

Como a Inglaterra, a França confiava na suposta evolução social motivada pelas pesadas consequências da Grande Guerra. Mas as coisas seguiram outro rumo. O espírito belicoso dos vencidos reanimou-se e voltaram a aparecer com represálias, reclamações e vinganças. Viu-se então o perigo. Reconheceu-se a necessidade de intensificar os armamentos para se manter a paz, tal como o faziam a Inglaterra e outras nações, e teve de combater-se a demasiada confiança das correntes pacifistas.

É o que Paul Reynaud nos descreve no livro intitulado: «A França e o perigo da guerra» (1).

São dêle estas palavras:

«Tem sido precisa também a eloquência dos factos, ao mesmo tempo que os discursos belicosos dos ditadores, para nos convencerem do perigo.»

Vale a pena ler-se esta obra e confrontá-la com as outras duas apontadas acima.

M. F.

## A M A N D O F O N T E S

peraltas, a defrontar marquêsas, e as operetas bairristas, em que as donzelas da plateia, aos suspiros, sonham com um chaille preto, uma guitarra e um faia, a quem dêem sustento, em paga de amor canalha.

Do segundo tipo legou-nos Alfredo Cortez, o «Lodo», em boa técnica teatral, mas cujos personagens se deformam na preocupação do dramaturgo criar pesadêlo, tragédia—lodo, enfim.

O melo não necessita que nêle se coloquem Júlias e Domingas.

Tragam-no para as páginas de um romance ou para um tablado, sem exageros, sem autómatos pérfidos, sem transe macabros, e sempre será lodo—sempre será trágico.

Exagerada, a meretriz toma um aspecto repugnante que não tem—vitima, tal qual o velho que estende a mão caalejada a quem passa.

O momento culminante, em verdade, de toda a peça de Alfredo Cortez, é o 2.º acto, em que Domingas, a mãe, conta a Luz, a filha que adora, a maneira como veio até ali.

«Trabalhava de dia e de noite. Dizia a mim mesma, para me convencer, que a vi-

da não me metia medo! Mas veio logo o cansaço... a doença... Semanas sem ganhar...

«Depois a fome. E não era a minha a que mais me torturava. Era a vossa. Para vos trazer pão arrastei-me para a rua a escaldar de febre. Pedi esmola.»

«Lutei mais!... Mas eram todos a não acreditar. A honra duma mulher mal vestida e esfarrapada... é ridícula...»

Se Alfredo Cortez tem dado ao seu «Lodo» menos doentes para psiquiatras, não teria vindo a «Rua do Siriry» acender o primeiro luzeiro do género na literatura da língua portuguesa.

Mas muitos dos romancistas, poetas e dramaturgos de Portugal não sabem encontrar-se na síntese de que Larmartine falava: Há, por muito que digam, uma grande impotência ou um grande egoísmo nêsse isolamento contemplativo que se aconselha aos homens de pensamento nos tempos de trabalhos e de lutas. Pensamento e acção completam-se um ao outro. O homem está nessa síntese.

A geração do Brasil lecciona aos portugueses êsse conglobado de poder construtivo.

(1) Edição portuguesa da Editorial «Inquéritos»—Lisboa.